



Possíveis equívocos na condução da extensão rural na agroecologia: Alguns apontamentos teóricos para a produção do saber

*Possible misconceptions in the conduct of rural extension in agroecology:
Some theoretical notes for a production of knowledge*

CALBINO, Daniel¹; SILVA, Ernani Clarete², MELO, Angelina³,
FERRAZ, Leila Louback⁴, SILVA, Fabíola⁵

¹Universidade Federal de São João Del Rei - MG, dcalbino@ufsj.edu.br, ²Universidade Federal de São João Del Rei - MG, clarete@ufsj.edu.br, ³Universidade Federal de São João Del Rei - MG, angelinamoreiramel@hotmial.com, ⁴Universidade Federal de São João Del Rei - MG, louback@ufsj.edu.br, ⁵Emater, paulino.fabiola@yahoo.com.br

Tema Gerador: Construção do conhecimento agroecológico

Resumo

Apesar do avanço do movimento agroecológico nos últimos anos no Brasil, faz-se necessário a produção de experiências que discutam as particularidades da extensão rural neste Contexto. Assim, o presente ensaio teórico, ao partir da compreensão dos princípios que sustentam a agroecologia, propõe desconstruir a luz de questões historicamente naturalizadas, alguns pontos centrais de atividades observadas em projetos de extensão rural universitária, que merecem reflexões e questionamentos. Enquanto contribuições para a consolidação do conhecimento agroecológico, serão enfatizados cinco temas centrais da intervenção extensionista a qual se sugere uma devida ressignificação.

Palavras-chave: Atividades extensionistas, Metodologias, teoria do saber.

Abstract

Despite the advance of the agroecological movement in recent years in Brazil, the need for a production of experiences that discuss as peculiarities of rural extension in this context. Thus, the present theoretical essay, based on the understanding of the principles that underpin an agroecology, proposes to deconstruct a light of historically naturalized issues, some central points of activities observed in rural extension projects, which merit reflection and questioning. As contributions to consolidation of agroecological knowledge, the five central themes of the intervention must be qualified for a proper re-signification.

Key-Word: Extension activities, methodologies, saber theory.

Introdução

O presente ensaio teórico tem por objetivo central discutir as particularidades de ações extensionistas no Contexto agroecológico. Parte-se do pressuposto que se a agroecologia estabelece enquanto princípios, um conjunto de valores que se contrapõem a lógica tradicional da produção agrícola, faz-se necessário estabelecer também uma ressignificação das ações extensionistas para este Contexto. Neste sentido, o artigo não tem a pretensão de estabelecer um conjunto de normas e regras em sua ação, o que em tese seria uma contradição com a essência coletiva e construtivista da agro-



ecologia. Mas, à luz de questões naturalizadas historicamente, propõe-se apresentar alguns pontos centrais de atividades extensionistas, observadas em projetos de extensão universitária, que merecem reflexões e questionamentos no sentido de sua replicabilidade.

Sobre o ponto de vista conceitual, a definição de agroecologia adotada neste trabalho assume a acepção de um movimento, de uma ciência, bem como de um conjunto de técnicas que visam ressignificar a lógica de produção alimentar agrícola, repensando, inclusive, as relações sociais entre os envolvidos (CAPORAL; COSTABEBER, 2004). Assume-se assim, que seu objetivo não se trata unicamente da produção e comercialização de produtos orgânicos, e ou desprovidos de resíduos de agroquímicos. A sua lógica transcende as relações sociais, questionando as relações de poder entre os atores envolvidos, o que possibilita sua aproximação conceitual com uma própria economia solidária.

No que se refere ao papel da extensão rural, compreende-se que sua definição conceitual marcada por uma construção histórica, apresenta uma constante disputa teórica. Há exemplo se no início das ações institucionais da extensão rural no Brasil, com a criação da ACAR (Associação de Crédito e Assistência Rural) em 1948 sobre forte influência dos Estados Unidos apresentava um pressuposto de assistir a família rural nas décadas de 1970, o objeto da intervenção muda para os médios e grandes produtores, com fortes influências conceituais da ideologia Verde. No entanto, as críticas ao papel do extensionista se modificam nas décadas de 1980 trazendo a tona, a ênfase em um processo dialógico com base nas acepções freireanas. No início do século XXI, com as próprias mudanças demográficas, acentuada urbanização e inversões de políticas públicas, a extensão rural amplia suas ações tendo como eixo central o produtor familiar alinhada de maneira dialógica com práticas agroecológicas (DUARTE, 2012).

Em síntese, nesta breve retomada histórica da evolução do tema no Brasil, observa-se que há enquanto pano de fundo, visões teóricas distintas do que seria a extensão rural. Isto, conseqüentemente, implica que diferentes visões interferem na própria adoção do conjunto de técnicas e intervenções a serem realizadas. Feitas as considerações teóricas sobre os pressupostos que sustentam o artigo, e compreendendo que o Contexto da agroecologia exige suas particularidades, será apresentado cinco pontos centrais nas ações extensionistas, que necessitam reflexões no Contexto de práticas solidárias.



Material e Métodos

Por se tratar de um ensaio teórico, os procedimentos metodológicos adotados recorreram a uma revisão da literatura em artigos de congressos e periódicos, bem como em livros da área referente às dimensões da extensão rural, agroecologia e modos organizacionais de trabalho solidário.

Resultados e Discussão

Sobre o monopólio da fala e a linguagem técnica do extensionista

Foucault (2000) já apontava que a linguagem técnica e o silenciamento reproduzem historicamente as relações de poder. Não é por menos que um traço característico das camadas oprimidas é o silenciamento e/ou o não questionamento verbal na presença de figuras públicas, instituições formais e ou “doutores” do conhecimento. Da mesma forma, aponta-se sutis processos de poder presentes na linguagem, principalmente nas falas eruditas e técnicas. Tais sutilezas servem como mecanismos de segregação e legitimação do poder por meio do conhecimento formal.

Deste modo, não é de se estranhar que nas reuniões de produtores, quando há uma presença de uma Figura externa, ou mesmo de um extensionista é natural o silenciamento. O que chama a atenção, no entanto, é a não percepção desta relação de poder, que muitas vezes se manifesta por um excesso de fala e/ou das linguagens técnicas dos extensionistas. Há também um equívoco intolerável quando o extensionista “entende” que precisa “descer” ao nível do agricultor para que sua mensagem seja compreendida.

Porém, se no Contexto agroecológico, que em sua essência visa a equidade das relações entre os produtores, e ainda, se há interesse no fortalecimento dos laços solidários, parece não fazer sentido monopolizar a fala nem tampouco naturalizar os termos técnicos, algo muito presente nos eventos realizados na academia com a comunidade externa. Este próprio processo “naturalizado” visto por muitos como um traço característico do produtor rural, (o suposto silenciamento), trata-se de uma contradição a ser superada.

Assistência Técnica ou Insistência técnica?

Um dos pontos centrais das atividades extensionistas trata-se de coletivamente com os produtores envolvidos, produzir soluções para a resolução de suas demandas. No entanto, se o extensionista parte do pressuposto que já sabe qual é o problema do produtor, mas não se certifica de poder estar equivocado, incorre-se no risco de se fazer o



que será chamado de “insistência técnica”. A insistência técnica trata-se de um esforço do extensionista em convencer os produtores a adotar um conjunto de “soluções” que supostamente irão sanar os problemas levantados unicamente pelo extensionista. No entanto, pelo fato de não ser naquele momento uma demanda para o produtor, a questão possivelmente será ignorada, ou implementada parcialmente.

Na literatura, são diversos os exemplos de recursos públicos escoados pela inviabilidade na implementação de proposições, muitas vezes por não compreender o que é a necessidade para o produtor. A universidade pública no Brasil também incorre nestes erros, começando pela elaboração dos projetos. Em sua maioria, são concebidos dentro de gabinetes, sem nenhum contato, mapeamento de demandas ou simples compreensão se a comunidade quer ser “ajudada”. Após a aprovação dos recursos, e ida ao campo, os extensionistas não conseguem implementar o proposto, e, finalizam o projeto culpando a “passividade”, a “falta de consciência social dos produtores”. No Contexto agroecológico, cuja demanda estende para além das questões técnicas, o esforço do extensionista é em estar aberto para a compreensão das reais demandas dos produtores envolvidos, ainda que a real demanda em alguns momentos nada tenha a ver com questões técnicas.

Sobre as “necessidades” de formalização

A formalização é vista na atual sociedade mercantil como um traço natural do aparato burocrático legal. É normal formalizar os processos, sendo no âmbito da administração inclusive sinônimo de virtude, de eficiência gerencial, da ordem. Porém, se retomarmos as raízes da formalidade, observaremos que sua essência faz parte de um aparato de controle, que legitima os modos tradicionais de dominação. Em contrapartida, nas organizações substantivas, baseadas nos moldes de associação e ou cooperativismo, a informalidade é um traço característico de seu modo organizacional orgânico. Este traço, no entanto, não é necessariamente sinônimo de ineficiência administrativa, apenas não reproduz em essência a lógica de desconfiança dos modelos tradicionais. Deste modo, quando o extensionista se esforça em formalizar as atividades de um grupo agroecológico, seja ela pela criação de estatuto, regimento interno, atas de todas as reuniões, delegação de funções, coordenador de falas, além de realizar uma indução forçada de um processo que não condiz com os princípios do grupo, incorre no risco de gerar perdas de energia do coletivo, que podem adotar as normas apenas para atender as exigências.



Um exemplo corriqueiro de formalização ocorre principalmente nos movimentos sociais ou nas iniciativas solidárias, na ideia de que a condução de uma assembleia ou reunião de maneira “exemplar”, inicia-se pela eleição de uma mesa diretora, e da Figura de um coordenador de fala, que estabelece as pautas, e determina o tempo de fala de cada participante. Ainda que este formato organizacional seja atrativo, deve-se considerar a importação de um Contexto capitalista tradicional, a qual se busca a disputa de poder. Parte-se ainda do pressuposto que os participantes são irracionais e irresponsáveis, logo, precisam de um coordenador por não respeitarem as falas dos demais. Apesar das dificuldades de se realizar assembleias de maneira orgânica, permitindo que as demandas possam emergir coletivamente, em curto prazo é bem provável que gerem conflitos. Contudo, representa também em longo prazo, o esforço e aprendizado em saber ouvir, em dialogar com as opiniões adversas, o que pode fortalecer o senso de democracia no coletivo.

As conduções das reuniões e a Conclusão de pontos de pauta

Também é um traço característico das organizações tradicionais, visualizarem as reuniões de maneira eficiente quando todos os envolvidos deliberam rapidamente os assuntos e finalizam os pontos, delimitando claramente as funções e ou compromissos dos envolvidos. Tal pressuposto faz sentido em uma sociedade que não só o tempo é dinheiro, como a produtividade (mais em menos tempo) é uma das dimensões que regem o conceito de eficiência. No entanto, no Contexto da agroecologia a lógica dos seus valores e de seus princípios transcendem a eficiência estritamente econômica.

Nas reuniões de produtores a participação do extensionista, não precisa ser de um mediador de “conflitos” ou delegado da ordem. Há que se questionar inclusive quais os Objetivos de uma reunião de produtores? No Contexto agroecológico, por se estruturarem em lógicas solidárias, as reuniões não precisam prezar pelo tempo, se o suposto atraso trazer um longo processo formativo para o grupo, fortalecerem os laços envolvidos, contribuir para o aumento da confiança entre os participantes.

Por fim, e diferente das organizações tradicionais, na qual a Figura do chefe é clara em deliberar, decidir e responsabilizar pelas tomadas de decisões questiona-se o papel do extensionista no incentivo ou não de “mais” reuniões. Se no Contexto agroecológico as decisões perpassam por tomadas coletivas, não seriam as reuniões (independente do seu formato), uma das principais instâncias de democracia deliberativa?



Reprodução da cultura assistencialista e os ideários de liderança

Quando se propõe discutir as relações e formas de trabalho no Brasil, observa-se na literatura diversos autores que sustentam que a cultura brasileira de um modo geral, ainda traz em seu histórico traços de valores patriarcais, da lógica do trabalho assalariado e da consequente subordinação nas relações sociais. No entanto, se no Contexto agroecológico, o desafio do extensionista é auxiliar sem reproduzir comportamentos assistencialistas, cabe algumas reflexões sobre ações que repensem estas condutas. Alguns exemplos chamam a atenção, como nos casos dos extensionistas que se comprometem em fazer ou comprar pelos produtores, aquilo que poderia ser feito por eles. No entanto, tais atitudes, geram grande dependência em relação às instituições de apoio, na qual prevalece a crença de que é obrigação destes órgãos resolver todos os problemas que surgem, isentando-os de novas responsabilidades.

Da mesma forma, o próprio incentivo do extensionista em “criar” e formalizar lideranças, como um exemplo de captação e melhorias na articulação do grupo, tende a facilitar a reprodução da relação patriarcal manifesta em “donos” das associações. É válido observar que o discurso de liderança, assinala uma concepção tradicional tratada em interconexão com a administração, em que o líder tem o poder de decidir e agir pelos demais, levando em consideração a confiança e o respeito que possui. No entanto, no caso das organizações agroecológicas, o termo liderança parece se aproximar mais de uma lógica solidária compartilhada, definindo-a não como uma competência do indivíduo, mas do coletivo. A liderança compartilhada pode ocorrer quando todos participam das atividades e cargos dentro do grupo, descentralizando os saberes, nivelando o conhecimento necessário para a execução do trabalho e buscando facilitar a comunicação e o consenso.

Conclusão

No intuito de contribuir com a produção de conhecimento agroecológico para a área, o presente trabalho teórico buscou discutir as singularidades da realização da extensão rural na agroecologia. Sustentou-se primeiramente a importância de compreender as particularidades do Contexto agroecológico, marcado por princípios solidários nas relações entre os produtores, pelo potencial da gestão associativista, bem como, pelo incentivo em processos orgânicos que aumentem a autonomia e produção do saber entre o coletivo.

Desta forma apontou-se para cinco questões norteadoras, que visou desnaturalizar ações extensionistas. Destas, ressaltou-se (i) a importância de repensar a comunicação entre os atores envolvidos, compreendendo que a linguagem técnica e a fala



VI CONGRESSO LATINO-AMERICANO
X CONGRESSO BRASILEIRO
V SEMINÁRIO DO DF e ENTORNO
12-15 SETEMBRO 2017
BRASÍLIA- DF, BRASIL

Tema Gerador 5

Construção do Conhecimento Agroecológico



representam relações de poder. Enfatizou-se (ii) a relevância de concretizar uma assistência técnica, definida enquanto problema pela ótica e necessidade do produtor. Sustentou-se (iii) a importância de repensar a ânsia por formalidade, que muitas vezes não condiz com a realidade dinâmica dos grupos envolvidos. Abordou-se ainda (iv) os desafios da lógica não linear das reuniões entre os envolvidos e seus procedimentos. Por fim (v), considerou-se a necessidade de lidar com os traços característicos da cultura assistencialista, manifesta em fazer pelo produtor, sem compreender a importância de sua autonomia, bem como do incentivo de lideranças individuais que tendem a captar o poder do coletivo.

Agradecimentos

Os autores agradem ao apoio financeiro da Agência FAPEMIG.

Referências Bibliográficas

CAPORAL, F.R.; COSTABEBER, José Antônio. Agroecologia: alguns conceitos e princípios. 1.ed. Brasília: MDA/SAF, 2004. v.1. 24 p.

DUARTE, D. As diferentes abordagens da ação extensionista e suas implicações para o INCAPER. Dissertação (Mestrado em Extensão Rural), UFV, 2012.

FOUCAULT, M. *As Palavras e as Coisas: Uma arqueologia das ciências humanas*. São Paulo: Martins Fontes, 2000.